



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 202398-7

IMPETRANTE: BATISTA CÍCERO DE ASSIS

096

PACIENTE: SAULO FREDERICO ALVES FREIRE

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Renato da Silva Filho

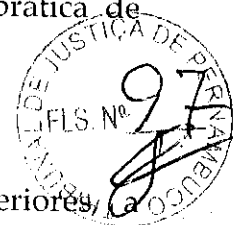
RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL.
HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE
ENTORPECENTES. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE
PRAZO. INACOLHIDA. ATRASO OCASIONADO
PELO PRÓPRIO PACIENTE. LIBERDADE
PROVISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. PRESENÇA
DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA
CUSTÓDIA CAUTELAR. VEDAÇÃO.
INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 5º, XLIII, DA CF/88
E 2º, II, DA LEI Nº 8.072/90 -- DENEGAÇÃO DA
ORDEM. DECISÃO UNÂNIME.

1. A alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo deve ser afastada, uma vez que o processo ficou parado por culpa exclusiva do paciente, que permaneceu em local incerto e não sabido durante muito tempo, não atendendo ao chamado da Justiça para responder às acusações que lhe foram feitas nem constituindo advogado para tal fim, o que levou o juiz a suspender a tramitação do feito e do prazo prescricional, nos termos do artigo 366 do CPP.

2. A custódia cautelar do paciente deve ser mantida como forma de garantir a ordem pública, haja vista a sua contumácia na prática de crimes.

097




3. Conforme entendimento consolidado nos Tribunais Superiores, a vedação da liberdade provisória nos crimes hediondos e equiparados decorre da própria inafiançabilidade imposta pelo artigo 5º, XLIII, da Constituição Federal e pelo artigo 2º, inciso II, da Lei nº 8.072/90, não modificando tal entendimento a edição da Lei nº 11.464/07.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *habeas corpus* nº 202398-7, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, unanimemente, em denegar a ordem requerida, nos termos do voto do Exmº Desembargador Relator.

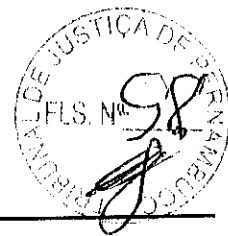
Recife, 2 de fevereiro de 2010.


Des. Presidente


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

098.

PROCESSO Nº 202398-7

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: BATISTA CÍCERO DE ASSIS

PACIENTE: SAULO FREDERICO ALVES FREIRE

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Renato da Silva Filho

RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

RELATÓRIO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado pelo Bel. Batista Cícero de Assis em favor de **SAULO FREDERICO ALVES FREIRE**, o qual se encontra recolhido preventivamente, respondendo ao processo nº 406.2006.000339-0, pela suposta prática de crimes previstos nos artigos 12 e 14 da Lei nº 6.368/76, tendo sido apontado como autoridade coatora o Juízo de Direito da Comarca de Belém do São Francisco.

Alega a impetrante, em síntese, que o acusado está sofrendo constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo na instrução criminal, uma vez que se encontra preso desde o dia 01 de maio de 2006 sem que tenha sido julgado. Aduz, ainda, que, com a edição da Lei nº 11.464/2007, não há mais óbice à concessão de liberdade provisória em casos de crimes de tráfico de entorpecentes.

Por tais motivos, pugna pela concessão da ordem de *habeas corpus*, com a expedição do competente alvará de soltura em favor do paciente.

Às fls. 46/48, consta decisão interlocutória indeferindo o pedido de concessão de liminar.

A autoridade apontada coatora prestou informações às fls. 55/58, com originais às fls. 78/81, afirmando que o co-réu Rodrigo Alves Ferreira foi preso em flagrante quando mantinha em depósito cerca de 27,600 Kg (vinte e sete quilos e seiscentos gramas) de maconha pronta para consumo. Segundo informações colhidas, a droga foi produzida em uma roça cultivada pelo acusado Rodrigo e pelo ora paciente, em comunhão de propósitos. Além da droga, a polícia encontrou em poder do acusado Rodrigo uma arma de fogo e balanças empregadas na comercialização da substância ilícita.

099



Afirma o douto juiz que o paciente foi citado através de edital publicado em 24 de fevereiro de 2005, haja vista a informação de que ele estava em local incerto e não sabido. O co-réu foi citado pessoalmente, já que se encontrava recolhido na cadeia local.

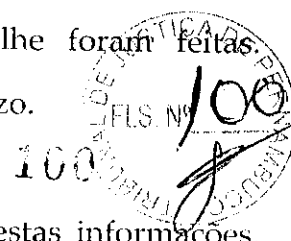
Em 12 de maio de 2005, a denúncia foi recebida e houve designação de data para a audiência de instrução e julgamento.

Após a inquirição das testemunhas e a apresentação das alegações finais pelo co-réu e pelo Ministério Público, foi exarado despacho suspendendo a tramitação do processo e do prazo prescricional em relação ao paciente, nos termos do artigo 366 do CPP, uma vez que ele, tendo sido citado por edital, não se manifestou nem constituiu advogado.

O feito prosseguiu apenas no tocante ao co-réu Rodrigo Alves Ferreira, que foi sentenciado em 29 de julho de 2005.

Ressalta a autoridade apontada coatora ter sido informada da prisão em flagrante do paciente ocorrida em 01 de maio de 2006, nos autos de outro inquérito policial. O comunicado da prisão foi juntado ao processo de que ora se trata em 13 de abril de 2007.

Em 10 de fevereiro de 2009, o paciente requereu a revogação de sua prisão preventiva, alegando ser inocente das imputações que lhe foram feitas. Requereu, ainda, o relaxamento da prisão em razão de excesso de prazo.



Diz o juiz que, na data em que foram prestadas estas informações, exarou despacho determinando a intimação do defensor do paciente para que apresente defesa preliminar e arrole testemunhas. Outrossim, decidiu o ilustre julgador pela manutenção da custódia cautelar, tendo em vista a periculosidade do acusado, "evidenciada pela quantidade de feitos em andamento contra sua pessoa, (...) inclusive nas Comarcas de Cabrobó e Petrolina". Quanto à alegação de excesso de prazo, considerou o pedido prejudicado, pois o paciente não foi preso em decorrência da prisão preventiva decretada nos autos em questão. Segundo o magistrado, os documentos remetidos pela Polícia Federal dão conta de que o réu foi preso por força de prisão temporária decretada no inquérito policial nº 228/04, tendo sido posteriormente preso em flagrante (em 01 de maio de 2006) no IP nº 077/2006, do qual resultou o processo em que restou condenado na Comarca de Petrolina. Ou seja, alega o juiz que, embora exista mandado de prisão expedido nos autos mencionados na inicial, o paciente não foi recolhido por força de tal mandado.

Instada a se manifestar, a douta Procuradoria de Justiça opinou pela denegação da ordem.

É O RELATÓRIO.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 202398-7

101

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: BATISTA CÍCERO DE ASSIS

PACIENTE: SAULO FREDERICO ALVES FREIRE

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Renato da Silva Filho

RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

VOTO

Sr. Des. Presidente,
Srs. Desembargadores,
Sr.(a) Procurador(a).

Segundo as informações constantes da exordial, o paciente estaria preso cautelarmente desde 01 de maio de 2006, por força de mandado de prisão expedido nos autos do processo nº 406.2006.000339-0, em tramitação na Comarca de Belém do São Francisco.

Alega o impetrante que o acusado vem sofrendo constrangimento ilegal pelo excesso de prazo na formação da culpa, pois, embora se encontre recolhido há tanto tempo, a instrução criminal sequer teve início. De outra parte, aduz que o paciente faz jus à liberdade provisória, já que tal benesse não é vedada no caso de crime de tráfico de entorpecentes.

Por tais razões, pugna pela concessão da ordem.

É certo, no entanto, que a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo deve ser afastada de logo, pois o processo ficou parado por culpa

exclusiva do paciente, que permaneceu em local incerto e não sabido durante muito tempo, não atendendo ao chamado da Justiça para responder às acusações que lhe foram feitas nem constituindo advogado para tal fim, o que levou o juiz a suspender a tramitação do feito e do prazo prescricional, com fulcro no artigo 366 do CPP.

102

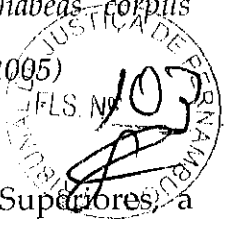
Em outras palavras: não se pode imputar a culpa pelo atraso ao juiz da causa ou ao Ministério Público, sendo o próprio acusado o único responsável por tal retardamento. Sendo assim, não restou configurada a coação ilegal suscitada.

Quanto ao pedido de liberdade provisória, há de se dizer que foi corretamente indeferido pelo juiz de primeiro grau através de despacho datado de 13 de janeiro do ano em curso. Observou o ilustre julgador que "A manutenção da prisão preventiva do réu se faz necessária, considerando sua periculosidade evidenciada pela quantidade de feitos em andamento contra sua pessoa, conforme consulta obtida no Sistema Judwin. Não tem ele contra si apenas este processo, isoladamente, mas vários, inclusive nas Comarcas de Cabrobó e Petrolina, nesta última tendo sido condenado por porte ilegal de arma de fogo (e quando preso em flagrante em 01.05.2006 portava documento falso)". Nestes termos, indeferiu o pedido de liberdade provisória formulado em favor do paciente.

Tal entendimento realmente deve prevalecer.

Como bem destacou o douto magistrado, o paciente responde a vários processos nas Comarcas de Belém do São Francisco, Cabrobó e Petrolina, onde foi condenado a 03 (três) anos de reclusão pela prática de crime de porte ilegal de arma de fogo. Tal fato demonstra que ele é contumaz no cometimento de crimes, restando clara a sua periculosidade. Logo, a manutenção de sua custódia cautelar se impõe como forma de garantir a ordem pública, consoante entendimento jurisprudencial pacífico, como o que se vê:

STJ: RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. DIVERSOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO. PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA SATISFATORIAMENTE INDEFERIDO. JUSTA CAUSA DEMONSTRADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RÉU CONTUMAZ NA PRÁTICA DE DELITOS NO MEIO SOCIAL. PERSONALIDADE VOLTADA PARA O CRIME. PRECEDENTES DO STJ. 1. A justa causa da prisão cautelar encontra-se satisfatoriamente demonstrada com provas colhidas e constantes do inquérito policial, consubstanciada na confissão extrajudicial do paciente, no depoimento das testemunhas presenciais e das vítimas e, por fim, no laudo de apreensão e exibição dos objetos recolhidos em poder do acusado. 2. A decisão indeferitória de liberdade provisória está fundamentada em elemento concreto, constante nos autos, apto a justificar a necessidade da manutenção do cárcere provisória do paciente, como garantia da ordem pública, em razão da personalidade voltada para a prática de crimes do réu, uma vez que é contumaz na prática de delitos na vida social. 3. Precedentes do STJ. 4. Recurso desprovido. (Recurso Ordinário em habeas corpus 18312/SC. Relatora Ministra Laurita Vaz. Quinta Turma. Julgamento em 20/10/2005)



Diga-se ainda que, segundo orientação dos Tribunais Superiores, a proibição da liberdade provisória nos crimes hediondos e equiparados decorre da própria inafiançabilidade imposta pelo artigo 5º, XLIII, da Constituição Federal e pelo artigo 2º, II, da Lei nº 8.072/90, não modificando tal entendimento a edição da Lei nº 11.464/07. Neste sentido:

STJ: PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PRISÃO EM FLAGRANTE. LIBERDADE PROVISÓRIA. VEDAÇÃO LEGAL. PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO EM DADOS CONCRETOS. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. 1. O inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal estabelece que o tráfico ilícito de entorpecentes constitui crime inafiançável. Não sendo possível a concessão de liberdade provisória com fiança, com maior razão é a não-concessão de

104
liberdade provisória sem fiança. 2. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que a vedação imposta pelo art. 2º, II, da Lei 8.072/90 é fundamento suficiente para o indeferimento da liberdade provisória (HC 76.779/MT, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJ de 4/4/08). 3. A Lei 11.343/06, expressamente, fez constar que o delito de tráfico de drogas é insuscetível de liberdade provisória. 4. "A vedação de concessão de liberdade provisória, com ou sem fiança, na hipótese de crimes hediondos, encontra amparo no art. 5º. LXVI da CF, que prevê a inafiançabilidade de tais infrações; assim, a mudança do art. 2º, da Lei 8.072/90, operada pela Lei 11.464/07, não viabiliza tal benesse, conforme entendimento sufragado pelo Pretório Excelso e acompanhado por esta Corte. Em relação ao crime de tráfico ilícito de entorpecentes, referido óbice apresenta-se reforçado pelo disposto no art. 44 da Lei 11.343/06 (nova Lei de Tóxicos), que a proíbe expressamente" (HC 85.256/SP, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Quinta Turma, DJ de 12/5/08). (...) 7. Ordem denegada. (HC 139216/PR. Relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma. Julgamento em 13/08/2009)



Pelo exposto, e em consonância com o entendimento da douta Procuradora de Justiça, o meu voto é pela denegação da ordem.

É COMO VOTO.